




[Handwritten signature]

TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

2025



Mensagem do Conselho de Administração,

O presente Relatório de Gestão e Contas de 2025 constitui um documento de transparência e prestação de contas que reflete um ano de profunda afirmação estratégica, exigência técnica e resiliência operacional para a TERAMB, EM. Mais do que uma análise detalhada das atividades desenvolvidas, este documento espelha o sucesso de um modelo de gestão focado na eficiência, na sustentabilidade financeira e no estrito compromisso com os nossos acionistas, colaboradores e comunidade.

O exercício de 2025 ficará marcado na história da empresa pela obtenção da Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA), em conformidade com as normas internacionais ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015. Este selo de excelência valida o rigor dos nossos processos e reforça a nossa credibilidade perante todas as partes interessadas, garantindo que a gestão de resíduos na Ilha Terceira segue os mais elevados padrões globais.

Estrategicamente, o ano foi definido pela conclusão do processo de reversão do loteamento industrial para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Esta operação, além de permitir o foco total no nosso *core business*, gerou um impacto positivo e determinante nos resultados financeiros do exercício, conferindo à empresa uma solidez acrescida para enfrentar desafios futuros.

Contudo, 2025 foi também um ano de enorme exigência operativa. Imbuídos do rigor que a nova certificação exige, levámos a cabo vultuosos investimentos na manutenção e substituição de componentes críticos da Central de Valorização Energética (CVE). Embora estas intervenções tenham condicionado temporariamente a disponibilidade da central e exigido um elevado esforço financeiro, as mesmas foram vitais para assegurar a fiabilidade da infraestrutura e a continuidade do serviço público de excelência que caracteriza a empresa.

A capacidade de conciliar um plano de investimentos pesados com uma gestão orçamental que culmina em resultados positivos demonstra a maturidade da organização. Este equilíbrio só foi possível graças à visão estratégica dos nossos acionistas — Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória — e à dedicação ímpar dos nossos colaboradores. A sua competência técnica foi o motor que permitiu gerir paragens complexas sem comprometer a nossa missão.

É com esta base sólida e certificada que olhamos para o futuro, comprometidos com a inovação e com a valorização ambiental da Região Autónoma dos Açores.

A todos o nosso obrigado!

Assim, no cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submete-se à apreciação da Assembleia Geral o presente **Relatório de Gestão e Contas do ano de 2025**.

Angra do Heroísmo, 26 de março de 2026,

O Conselho de Administração



Emanuel Raimundo Pereira de Sousa (Presidente)



Paulo Alexandre Silva Lima (Vogal)



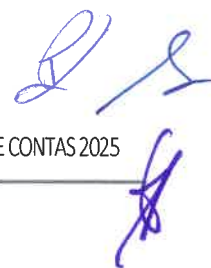
Sónia Alexandra Valadao da Silva (Vogal)

A ATIVIDADE

A Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira consolidou-se, ao longo do exercício de 2025, como a infraestrutura tecnológica de referência na Região Autónoma dos Açores, centrando a sua atividade na valorização energética como pilar fundamental da sua sustentabilidade. Esta valência estratégica permite conferir um destino técnico e ambientalmente seguro a frações críticas de resíduos que, de outra forma, seriam destinados a aterro sanitário, abrangendo resíduos urbanos sem viabilidade de valorização material, resíduos industriais banais e perigosos, bem como Subprodutos de Origem Animal (SPOA). Atualmente, a manutenção da meta "aterro zero" em seis ilhas do arquipélago depende diretamente da capacidade operacional da Central de Valorização Energética (CVE), o que reforça a enorme responsabilidade civil e ambiental da TERAMB, EM na prossecução do seu objeto social e na prestação de serviços de interesse geral aos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.

Imbuída deste desígnio e no estrito cumprimento do princípio da hierarquia da gestão de resíduos, a TERAMB,EM atua como a entidade gestora do Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) da Ilha Terceira e como interlocutor único perante o Sistema de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRES). O correto funcionamento de todo o ecossistema de recolha seletiva e encaminhamento para reciclagem assenta numa rede de infraestruturas chave, que inclui o ecocentro, a unidade de valorização orgânica para produção de composto e as estações de crivagem de escórias metálicas e inertes. Este modelo integrado permite que a empresa se posicione como o valorizador de referência para os Sistemas Integrados de Gestão de Pneus Usados e de Embalagens e Resíduos em Agricultura na Região, recebendo e tratando resíduos de quase todo o arquipélago, com exceção das ilhas do Pico e São Miguel, e assegurando, através do protocolo com o IAMA, o destino final dos subprodutos dos matadouros açorianos.

O ano de 2025 ficou particularmente marcado pela transição para um modelo de gestão de excelência, ratificado pela obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) segundo as normas ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015. Este marco histórico validou o rigor dos nossos procedimentos e a transparência da nossa operação, sendo o garante de que todo o resíduo gerado é tratado como um recurso com valor económico e ambiental. Mesmo perante o elevado esforço financeiro e técnico exigido pelas intervenções de manutenção profunda e substituição de componentes na CVE durante este exercício, a TERAMB,EM manteve o seu compromisso inabalável com a inovação e a eficiência. Em estreita articulação com os seus acionistas e parceiros, a empresa continua a trabalhar para que a economia circular seja uma realidade prática, transformando desafios operativos em oportunidades de valorização para a Região Autónoma dos Açores.



OS RESÍDUOS GERIDOS

A atividade da TERAMB, EM pautou-se por uma gestão rigorosa e resiliente dos fluxos de resíduos, assegurando a continuidade ininterrupta do serviço público de tratamento e valorização na Ilha Terceira. A Central de Tratamento e Valorização Intermunicipal de Resíduos (CTVRIT) consolidou a sua posição como infraestrutura crítica regional, processando um total de 49.674,38 toneladas de resíduos.

Abaixo, detalha-se a evolução dos quantitativos entre 2022 e 2025:

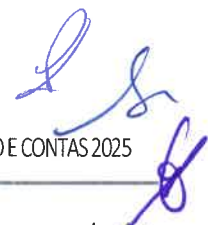
TABELA 1: QUANTIDADES DE RESÍDUOS GERIDOS ENTRE 2022 E 2025

RESÍDUOS	2022	2023	2024	2025
Geridos (Ton)	50.771,66	50.696,81	49.902,28	49.674,38
Recebidos CTVRIT (Ton)	47.588,56	47.664,77	46.856,52	46.725,76
Urbanos (Ton)	30.865,75	33.136,28	33.168,59	34.243,97
Reciclados ou Reutilizados (Ton)	10.486,45	11.364,83	11.319,30	10.905,45
Valorização energética (Ton)	31.280,0	41.520,40	40.177,77	32.654,52
Aterro (Ton)	276,21	287,84	130,08	556,29
Mineração (ton)	0,00	0,00	0,00	0,00

A análise dos dados dos resíduos geridos em 2025 reflete a resiliência do sistema da TERAMB, EM face ao aumento de 3,2% na produção de Resíduos Urbanos (+1.075 toneladas), que representam a maioria do fluxo gerido. A redução observada na Valorização Energética deveu-se essencialmente a uma contingência planeada, decorrente de paragens programadas para a manutenção profunda e substituição de componentes críticos da CVE, intervenções vitais para garantir a longevidade da infraestrutura. É de salientar que, mesmo com este condicionamento técnico, a TERAMB, EM manteve uma boa performance ambiental, com uma Taxa de Desvio de Aterro de 98,9%, assegurando o cumprimento rigoroso de uma das importantes metas de sustentabilidade da Ilha Terceira.

A RECOLHA SELETIVA

A TERAMB,EM, na qualidade de SGRU da ilha Terceira, tem a responsabilidade por garantir o correto funcionamento de todo o sistema de recolha seletiva dos resíduos de embalagens provenientes dos sistemas municipais e encaminhamento para a reciclagem. No que se refere às recolhas, no concelho de Angra do Heroísmo, por via do contrato de gestão delegada celebrado entre a TERAMB,EM e o Município, a TERAMB,EM assumiu as responsabilidades pela recolha e transporte das embalagens provenientes dos ecopontos e estabelecimentos do setor HORECA, serviço este adjudicado a um prestador externo. No concelho da Praia da Vitória, a responsabilidade pela recolha está delegada na empresa municipal Praia Ambiente.



A triagem e encaminhamento para a indústria recicladora foi contratualizada a operador externo, que detém a central de triagem onde recebe todos os materiais recolhidos nos ecopontos ou no sistema porta-porta preparando os materiais recolhidos e enviando para retomadores licenciados (indústria recicladora).

Na ilha Terceira, durante o ano de 2025 foram recolhidas e entregues no centro de triagem para processamento e envio para a indústria recicladora 2948,62 toneladas de resíduos de embalagens provenientes dos circuitos de recolhas de ecopontos e porta a porta nos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, o que representou um decréscimo de sensivelmente 3% face a 2024. Este decréscimo das quantidades recolhidas e deveu-se essencialmente a menos quantidades de plástico e vidro depositado nos pontos de recolha. Contudo, relativamente aos quantitativos enviados para reciclador, verificou-se uma diminuição de cerca de 13% face a 2024, cifrando-se em 2067,82 toneladas. Estes valores refletem essencialmente a diminuição dos quantitativos de recolha e retoma de vidro. Neste fluxo a quebra foi de cerca de 180 ton/ano face a 2024.

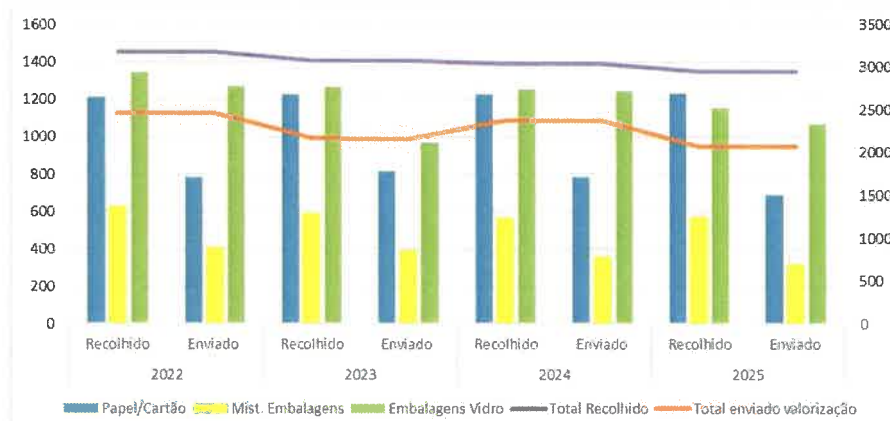
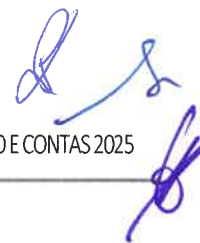


GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADE DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS RECOLHIDAS SELETIVAMENTE E ENCAMINHADAS PARA AS ENTIDADE GESTORAS

No gráfico 1 pode observar-se a evolução das quantidades recolhidas e encaminhadas destacando-se a evolução negativa ao nível da recolha, mas o aumento significativo ao nível do encaminhamento, o que indica uma melhor a “qualidade” dos resíduos recebidos.

No ecocentro deram entrada para valorização multimaterial 225 toneladas de resíduos, dos quais 190 toneladas corresponderam a Resíduos de Construção e Demolição que foram encaminhados para operador licenciado e as restantes 35 toneladas para valorização multimaterial.

O ano de 2025 foi marcado por um desafio na qualidade das retomas. Apesar da queda de 3% na recolha, a quebra de 13% no encaminhamento para reciclagem (influenciada pela perda de 180 toneladas de vidro) reforça a necessidade estratégica da Unidade de Tratamento Mecânico na ilha Terceira. Este investimento é o indicador crítico para inverter a tendência e maximizar o valor dos resíduos da Ilha Terceira.



A GESTÃO DE RESÍDUOS NA CTVRIT POR TIPO E DESTINO

A definição do destino dos resíduos que dão entrada na CTVRIT tem sempre por base o Princípio da Hierarquia dos Resíduos, nomeadamente, privilegiar sempre a deposição de resíduos com potencial para a reciclagem no ecocentro, seguindo-se o encaminhamento para as valências de valorização, CVO, CVE, e CPSA e só em último caso deve ser encaminhar para

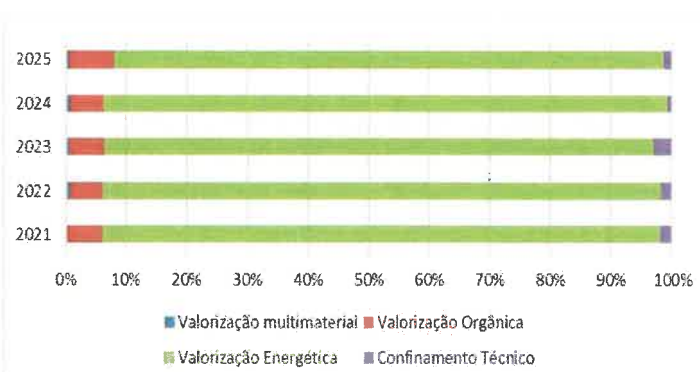


GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS NA CTVRIT

aterro. No gráfico 2 pode observar-se a evolução das operações de valorização em detrimento do confinamento técnico e na tabela 2, em termos de quantidades absolutas e por tipologia generica de resíduo.

TABELA 2: QUANTIDADES DE RESÍDUOS RECEBIDOS POR TIPOLOGIA GENÉRICA E DESTINO ENTRE 2022 E 2025

Tipologia de Resíduo	Destino Principal	2022	2023	2024	2025
Urbanos Indiferenciados	CVE (Valorização)	24.022,53	24.403,7	24.850,42	25.008,64
Outros Resíduos Urbanos	CVE / Ecocentro	538,71	708,85	604,17	536,33
Refugo – CPR	CVE (Valorização)	4.938,68	4.186,67	3.795,4	4.267,59
Subprodutos Animais	CPSA / CVE	6.681,695	5.385,05	6.004,97	4.463,05
Biodegradáveis	CVO (Orgânica)	2.423,45	2.830,16	2.582,61	3.567,02
Resíduos ETAR	CVE / CVO	1.664,07	1.448,40	973,38	788,04
Industriais Banais	CVE (Valorização)	2.806,27	2.596,20	2.293,33	2.263,08
Industriais Perigosos	CVE (Valorização)	315,46	355,47	130,45	218,16
Monstros	CVE (Valorização)	3108,72	4080,63	4917,902	4448,34
Recicláveis	Ecocentro (Reciclagem)	263,09	212,60	240,06	224,68
Terras e Pedras	Aguardam Valorização	549,66	1045,70	206,02	42,52
Resíduos em Aterro	Aterro Sanitário	276,21	411,44	182,52	467,62

A CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS

Atendendo à caracterização física média dos resíduos indiferenciados que são encaminhados para a CTVRIT, o potencial para a fração alvo de reutilização e recuperação existente é ainda significativo. Em 2025, as embalagens representaram cerca de **22,10%** da massa total de resíduos, mantendo-se numa percentagem sensivelmente idêntica à registada em 2024. Por sua vez, os biorresíduos continuam a afirmar-se como a componente predominante na massa de resíduos, ascendendo a mais de **50%** do total gerido.

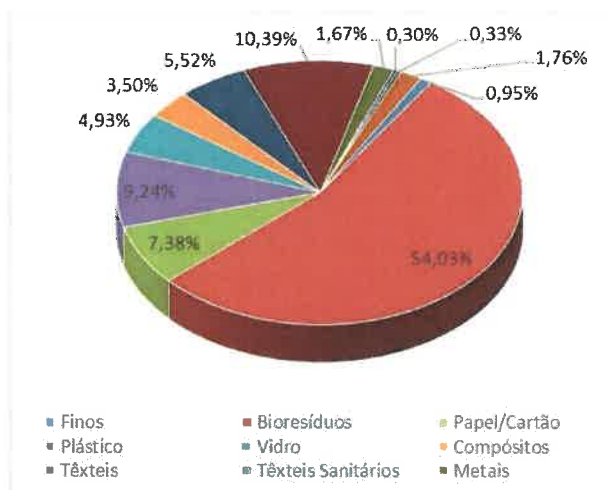


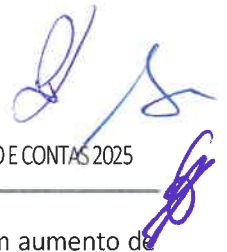
GRÁFICO 3: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS INDIFERENCIADOS 2025

Estes indicadores, detalhados no Gráfico 3, reforçam a necessidade premente de investir não só em campanhas de sensibilização, mas também numa mudança de política que vincule a separação na origem. Atualmente, uma fração considerável de embalagens sem qualquer poder calorífico continua a ser enviada para a valorização energética, prejudicando a eficiência do sistema. No que se refere aos biorresíduos, dada a sua expressão maioritária, qualquer ação estratégica terá obrigatoriamente de passar pela capacitação da TERAMB,EM para o processamento da fração de

biorresíduos alimentares, o que exigirá investimentos estruturais na Central de Valorização Orgânica (CVO) e a implementação da Unidade de Tratamento Mecânico (UTM) para maximizar a retoma destes materiais.

RECEÇÃO DE REFUGO POR ILHA

A TERAMB,EM assume um papel central na gestão de resíduos da região, rececionando os resíduos últimos (refugo do tratamento mecânico), bem como outras tipologias não passíveis de valorização material ou orgânica, provenientes dos diversos Centros de Processamento de Resíduos (CPR). Esta operação abrange quase todas as ilhas, com exceção do Pico e de São Miguel, das quais são recebidas apenas tipologias de resíduos essencialmente industriais com obrigatoriedade de valorização energética.



No exercício de 2025, foram rececionadas 4.468,80 toneladas de refugos, o que representa um aumento de 23,52% face ao período homólogo. Este crescimento acentuado deveu-se, essencialmente, aos quantitativos enviados pelo CPR do Faial, justificados muito provavelmente por operações de limpeza de passivo acumulado nessa unidade.

Como se pode observar no Gráfico 4, que detalha as quantidades de resíduos encaminhados por cada centro de processamento, a CTVRIT consolida-se como a infraestrutura de retaguarda para o tratamento final de frações não valorizáveis noutras ilhas. Esta dinâmica exige uma gestão logística e operacional rigorosa para acomodar fluxos extraordinários, garantindo que o aumento de receção externa não comprometa a capacidade de tratamento dos resíduos produzidos na Ilha Terceira.

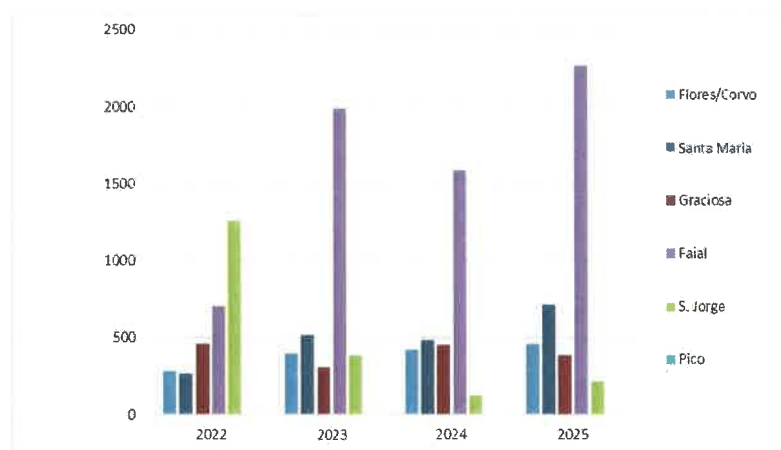


GRÁFICO 4: QUANTIDADES (EM TONELADAS) DE RESÍDUOS ENCAMINHADOS POR CENTRO DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS.

O incremento de na receção de refugos externos em 2025, teve um impacto direto na taxa de ocupação da CVE (Central de Valorização Energética). Este fluxo adicional, composto por frações que já passaram por tratamento mecânico noutras ilhas e que possuem obrigatoriedade de valorização energética, consumiu uma parte significativa da capacidade nominal da infraestrutura. Esta pressão operacional coincidiu com o período de paragens programadas para a manutenção profunda da central. A gestão equilibrada entre a necessidade de processar o passivo acumulado proveniente do Faial e a disponibilidade limitada da CVE durante as intervenções técnicas foi o maior desafio logístico do ano.

Como resultado, a TERAMB, EM teve de priorizar a queima de resíduos com maior perigosidade ou potencial de degradação, gerindo as janelas de manutenção para evitar que o aumento de entrada de refugos externos resultasse num desvio excessivo para aterro sanitário. Este cenário reforça a importância da CTVRIT não apenas como uma unidade local, mas como o pulmão tecnológico da gestão de resíduos do Grupo Central.



VALORIZAÇÃO DE FLUXOS ESPECÍFICOS

A TERAMB, EM integra a rede nacional de valorizadores de pneus, constituindo-se como o destino final para os pneus em fim de vida produzidos na Região Autónoma dos Açores, ao abrigo do contrato estabelecido em 2019 com a entidade gestora VALORPNEU. No exercício de 2025, foram rececionadas 1.172,64 toneladas, das quais 669,60 toneladas foram devidamente valorizadas. Face ao stock acumulado nas instalações, que ascende a 1.310,12 toneladas, o contrato foi revisto em baixa no que respeita às quantidades a receber, garantindo a sustentabilidade da capacidade de armazenamento e processamento. No âmbito do sistema integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura (VALORFITO), verifica-se que em 2025 não foram rececionadas embalagens para valorização energética.

A unidade tem reforçado também o seu papel como valorizadora de um conjunto alargado de Resíduos Industriais Perigosos (RIP), nomeadamente tintas, solventes, hidrocarbonetos e lamas de separadores, cumprindo o desígnio de tratamento o mais próximo possível da fonte geradora. Em 202, foram geridas cerca de 222 toneladas deste fluxo, das quais a esmagadora maioria (218 toneladas) foi encaminhada para valorização na CVE, sendo apenas 4 toneladas depositadas em aterro de resíduos perigosos por não possuírem potencial de valorização energética.

O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (CPSA)

A construção e operação do CPSA assentam num protocolo estabelecido com o IAMA, destinando-se essencialmente ao processamento de Subprodutos Animal (SPAS) resultantes dos abates nos matadouros dos Açores, salas de desmancha e recolha de cadáveres nas pastagens da Ilha Terceira.

Projetada inicialmente para laborar 11 meses por ano (16 horas diárias, 5 dias por semana), a unidade atingiu a sua "velocidade de cruzeiro" em 2017, processando na altura 3.757 toneladas, das quais 860 toneladas eram provenientes de fora da Terceira. No exercício de 2025, registou-se a receção de um total de 4.541 toneladas de SPOAS. Deste montante, 3.819 toneladas foram originárias da Ilha Terceira, enquanto 601,28 toneladas foram encaminhadas em 48 contentores de 20' provenientes das restantes ilhas (excluindo São Miguel). Adicionalmente, da ilha de São Miguel, foram rececionados 3 contentores de 40' com 68 toneladas, encaminhadas diretamente para a Central de Valorização Energética (CVE).

O ano de 2025 ficou marcado por uma redução global de 24% no encaminhamento de SPAS para a TERAMB, EM. Esta descida foi transversal, registando-se menos 26,6% de subprodutos provenientes do matadouro da Terceira e uma quebra de 33,26% nos quantitativos enviados pelos matadouros das outras ilhas. Esta tendência justifica-se pela opção estratégica do IAMA em encontrar destinos alternativos ao CPSA, o que

permitiu um necessário desafogo na operação desta infraestrutura, otimizando os tempos de laboração e a manutenção do equipamento.

A VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

A Central de Valorização Energética (CVE) constitui a infraestrutura nuclear do sistema, destinada a processar todos os resíduos que não possuam outra forma de valorização. É o destino final para a totalidade dos resíduos urbanos e equiparados produzidos na Ilha Terceira e entregues de forma indiferenciada, bem como da grande maioria dos resíduos industriais banais e perigosos. Adicionalmente, a CVE assegura a valorização da "fração resto" proveniente dos Centros de Processamento de Resíduos (CPR) das restantes ilhas dos Açores (com exceção de São Miguel e do Pico, das quais recebe apenas resíduos especiais com obrigatoriedade de valorização energética).

No exercício de 2025, a quantidade total incinerada foi de 32.654,52 toneladas, registando-se um rendimento médio de 5,43 ton/hora e um Poder Calorífico Inferior (PCI) médio de 6.302 Kj/Kg. Importa notar que o volume incinerado ficou aquém da capacidade nominal instalada devido a paragens estruturais para manutenção, bem como a eventos intempestivos severos, como a queda de um raio nas instalações que provocou danos elétricos significativos. Relativamente à composição do *mix* de resíduos processados, os resíduos de origem doméstica representaram 78,83% do total, seguidos pelos outros resíduos (industriais e perigosos) com 12,65%, os subprodutos de origem animal com 6,45% e, por fim, as lamas e resíduos de ETAR com 2,07%.

Em termos de rendimento e indicadores de disponibilidade, a instalação registou um índice de **73,30%** (calculado pela relação entre horas possíveis e horas de paragem programada). Partindo deste índice, apurou-se um índice de utilização de **95,36%**, o que demonstra que, embora a disponibilidade tenha ficado abaixo do desejado devido às paragens técnicas e acidentais, a central manteve um desempenho elevado e dentro das expectativas durante os períodos de operação. No cômputo anual, contabilizaram-se **955 horas de paragem programada** e **298 horas de paragens intempestivas**, perfazendo um total de **110 dias** de interrupção, fator que justifica o desvio pontual de fluxos para outras formas de gestão durante estes períodos.



PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE

No que concerne ao desempenho energético, a Central de Valorização Energética registou em 2025 uma produção total de **14.546,11 MWh**. Deste montante, foram exportados para a rede pública cerca de **11.687,05 MWh**, o que representa um decréscimo de **15%** na produção em comparação com o exercício de 2024. Este diferencial justifica-se, essencialmente, pelos 110 dias de paragem (programada e intempestiva) detalhados anteriormente. O autoconsumo da infraestrutura fixou-se nos **2.859,06 MWh**, mantendo-se a nota positiva da continuidade da exportação de energia térmica para o suporte operacional do CPSA.

Relativamente aos ressarcimentos, importa referir que em 2025 não houve lugar a estes pagamentos devido a constrangimentos técnicos na entrada em funcionamento e integração na rede de um novo centro electroprodutor (o aerogerador AG 5 da empresa CAEN). Esta situação impossibilitou a aplicação da fórmula de cálculo aprovada para o apuramento dos ressarcimentos, salvaguardando-se, no entanto, a regra das prioridades estabelecida na legislação vigente para a injeção de energia na rede.

À semelhança dos anos anteriores, e nos períodos de operação normal, os valores de referência relativos à capacidade térmica e à produção de energia elétrica por tonelada de resíduos aproximaram-se dos valores nominais de projeto. Este desempenho é o resultado direto da contínua melhoria na gestão dos resíduos na fossa e da otimização do *mix* de resíduos encaminhados para a grelha de combustão, garantindo a máxima eficiência térmica possível.

GRÁFICO 5: PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA INJETADA NA REDE PÚBLICA.



No que se refere aos ressarcimentos, em 2025 não ocorreram devido a problemas técnicos devido à entrada em funcionamento e integração, na rede, da energia produzida por um novo centro electroprodutor o aerogerador AG 5 da empresa CAEN, que impossibilitou a aplicação da fórmula de cálculo aprovada para o cálculo dos ressarcimentos, com a salvaguarda da regra das prioridades estabelecida na legislação vigente.

À semelhança dos anos anteriores, nos períodos de operação normal, os valores de referência relativos à capacidade térmica e produção de energia elétrica produzida por tonelada de resíduos aproximaram-se do valor nominal em virtude da contínua melhoria da gestão dos resíduos na fossa e na mistura de resíduos a valorizar.



SUBPRODUTOS OBTIDOS DA VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Do processo de combustão de resíduos resultam ainda escórias e metais ferrosos, que são separadamente recuperados, sendo estes materiais ferrosos encaminhados para posterior reciclagem. Relativamente às escórias, os seus componentes potenciam uma utilização como material granular substituindo os solos ou os agregados naturais obtidos na indústria extrativa, mas também é um subproduto que tem potencial relevante, em obras de construção e estradas. As cinzas produzidas na Central foram tratadas na unidade de inertização e, posteriormente, depositadas em aterro de resíduos perigosos.



No exercício de 2025, a Central focou a sua estratégia de subprodutos na conformidade normativa e na preparação para a certificação de novos mercados, tratando os resíduos da valorização energética como recursos integrados na economia circular.

Durante o ano, a operação permitiu a recuperação de 268,62 toneladas de escórias ferrosas que foram integralmente encaminhados para a entidade gestora de resíduos de embalagem. Esta opção assegura o cumprimento rigoroso das metas nacionais de reciclagem, garantindo que os metais recuperados no processo de incineração reentram no ciclo produtivo através dos canais oficiais e certificados de gestão de fluxos específicos.

Relativamente às escórias inertes, das quais resultou um volume de 2.482 toneladas em 2025, o ano foi marcado por um passo estrutural no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA). No final do período anterior, a Central iniciou o processo de obtenção da Marcação CE para as escórias inertes. Esta certificação é um requisito legal indispensável para que o material possa ser oficialmente comercializado como agregado para o setor da construção civil e infraestruturas rodoviárias.

Devido ao rigor técnico exigido e à necessidade de implementar um sistema de controlo de produção em fábrica, foram suspensas as vendas de escórias inertes durante o exercício de 2025. Esta interrupção é estratégica e necessária para garantir a conformidade total do produto antes da sua reintrodução no mercado.

Para agilizar o processo e garantir o cumprimento dos requisitos do SGQA, foi contratada uma consultoria externa especializada, responsável pelo acompanhamento técnico, ensaios laboratoriais e preparação da documentação necessária para a certificação definitiva.

As **366,34 toneladas** de cinzas produzidas pela Central foram processadas na unidade de inertização interna. Após este tratamento de estabilização, foram encaminhadas para deposição em aterro de resíduos perigosos, assegurando a total neutralização de potenciais impactos ambientais.

CONFINAMENTO TÉCNICO E MINERAÇÃO

Em estrito cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos, a TERAMB,EM privilegia a valorização energética e material. Contudo, nos casos em que a valorização não é tecnicamente viável, o confinamento técnico constitui a última opção de tratamento assegurada pela Central.

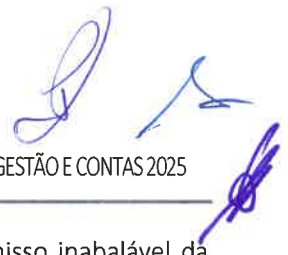
No período em apreço, foram encaminhados para confinamento técnico os fluxos que, pelas suas características físicas ou químicas, não permitiam o processamento térmico ou a reciclagem. Entre estes, destacam-se os resíduos de esgotos (cujo elevado teor de água impossibilita a valorização), as cinzas inertizadas e os resíduos industriais não combustíveis. No ano de 2025, o balanço desta operação resultou no envio de **555,35 toneladas** de resíduos para deposição em aterro de resíduos banais e **0,94 toneladas** de resíduos inertes contaminados para aterro de resíduos perigosos.

Relativamente à operação de mineração, a TERAMB,EM optou pela sua não realização durante o exercício de 2025. Esta decisão foi fundamentada pela necessidade de gerir a grande quantidade de resíduos acumulada em armazém que, devido a constrangimentos operacionais já reportados em anos anteriores, ainda não havia sido processada. Perante este cenário, a estratégia da empresa passou por privilegiar o tratamento desses resíduos em stock, otimizando a capacidade disponível da Central para regularizar os fluxos internos antes de avançar com novas frentes de mineração.

CERTIFICAÇÃO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

A obtenção das certificações **ISO 9001:2015** (Qualidade) e **ISO 14001:2015** (Ambiente), concretizada em setembro de 2025, representa o culminar de uma jornada de transformação e rigor iniciada no segundo semestre de 2022. Este percurso de três anos exigiu uma dedicação profunda de toda a estrutura da TERAMB, EM, somando 64 dias de reuniões de consultoria e 484 horas de trabalho técnico intensivo focado na revisão e otimização de processos. Durante este período, a organização empenhou-se em uniformizar a documentação interna, clarificar funções para eliminar ambiguidades e elevar a sensibilização ambiental em todas as frentes operacionais.

O ano de 2025 marcou a fase decisiva deste cronograma, testando a resiliência da equipa em momentos críticos. Em abril, a empresa submeteu-se à primeira fase da auditoria externa apenas sete dias após um incidente meteorológico — a queda de um raio — ter provocado a paragem técnica de quase todas as valências da Central. A capacidade de união e a resposta imediata perante esta adversidade permitiram



demonstrar à entidade auditora (SGS) a robustez dos sistemas de gestão e o compromisso inabalável da TERAMB, EM com esta certificação.

A conclusão do processo em setembro valida um modelo de gestão que permite agora identificar impactos ambientais em todo o ciclo de vida e garantir uma resposta eficaz à conformidade legal. Este marco consolida o papel da TERAMB, EM como um projeto estrutural para os Açores, servindo de destino final para resíduos de seis ilhas e contribuindo para o conceito de "Ilhas Aterro Zero". Através da valorização energética, a empresa assegura quase 7% do consumo elétrico da ilha Terceira, promovendo a independência energética e a descarbonização da região.

Mais do que uma conquista administrativa, esta trajetória reflete a evolução da TERAMB, EM para um patamar superior de excelência, assegurando que o tratamento de resíduos é realizado sob os mais exigentes padrões internacionais, focados na sustentabilidade ambiental, económica e social.

A COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Ao longo do ano de 2025, a TERAMB, EM – Empresa Municipal de Gestão Ambiental da Ilha Terceira promoveu um conjunto de diversas ações de sensibilização ambiental, à semelhança dos anos anteriores.

Dessas ações, resultaram 16 visitas às suas instalações, que totalizaram 462 visitantes, tendo aumentando o número de visitantes em 93 pessoas, quando comparado com 2024, conforme gráfico.

Ao longo do ano de 2025, a TERAMB, EM – Empresa Municipal de Gestão Ambiental da Ilha Terceira promoveu um conjunto de diversas ações de sensibilização ambiental, à semelhança dos anos anteriores.

Dessas ações, resultaram 16 visitas às suas instalações, que totalizaram 462 visitantes, tendo aumentando o número de visitantes em 93 pessoas, quando comparado com 2024, conforme gráfico.



Treze das 16 visitas ocorreram em parceria com a empresa Resiaçores, por forma a complementar as visitas de sensibilização ambiental à TERAMB, EM, para que os visitantes percebam a hierarquia do tratamento dos resíduos, a relevância da correta separação e encaminhamento dos resíduos com elevado potencial de reciclagem.



Registo da visita de estudo da Escola Profissional da Praia da Vitória e Base Aérea n. 94

A TERAMB, EM, participou ainda em outras iniciativas de sensibilização ambiental, tais como: feiras; deslocação a escolas, entre outras.

Estes visitantes foram essencialmente alunos do ensino básico dos concelhos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, perfazendo um total de 323 visitantes, entre os quais, alunos, professores e auxiliares de educação sendo 164 alunos de Angra do Heroísmo e 159 alunos da Praia da Vitória.

Ainda durante o ano de 2025, a TERAMB, EM foi visitada por um grupo de 15 colaboradores da Base Aérea n.º 4, 12 alunos de mestrado de Gestão e Conservação da Natureza, 16 colaboradores do Azoris Angra Hotel, 6 formando do curso de Gestão de Resíduos em Explorações Agrárias. Os restantes visitantes, tiveram origem em diferentes quadrantes da sociedade civil.

A TERAMB, EM, foi visitada por uma comitiva de Governo de Cabo Verde, no âmbito do conjunto de visitas que o Governo está a fazer com vista a implementar a sua estratégia de gestão de resíduos.

A TERAMB, EM, marcou ainda presença na Feira ExpoPraia, que se realizou entre os dias 28 e 30 de março e na Feira do Ambiente, entre os dias 03 e 06 de junho, de modo a promover a empresa, bem como as atividades que são desenvolvidas nas diferentes valências, ambas as exposições decorreram na Praia da Vitória.



Registo de participação na Expo Praia e Feira do Ambiente

Realizou em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, uma campanha de sensibilização sobre o Desperdício Alimentar, tendo abrangido um total de 368 alunos da Escola Básica e Integrada Francisco Drummond e 20 alunos da catequese e marcou presença no Dia da Criança a 30 de maio de 2025, com campanhas de sensibilização ambiental através de jogos didáticos sobre a correta separação e resíduos e reciclagem.

Foram ainda ministradas várias ações de sensibilização ambiental, nas Escolas Básicas e Integradas de Angra do Heroísmo, Tomás de Borba e Colégio de Santa Clara, abrangido 722 alunos no seu total, durante a semana europeia de resíduos, com especial enfoque nos Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos. A campanha decorreu em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e Resiaçores, tendo ainda sido ministrada formação a 21 colaboradores das juntas de freguesia.



Registo de e sensibilização ambiental na Escola Tomás de Borba formação às Juntas de Freguesia

O INVESTIMENTO

A execução do plano de investimentos em 2025 representou um esforço de tesouraria de enorme relevo para a TERAMB, EM, sendo os recursos criteriosamente canalizados para assegurar a continuidade operacional e a fiabilidade das infraestruturas críticas da empresa. Este esforço incidu prioritariamente na manutenção e reposição da capacidade operacional das unidades fundamentais, nomeadamente o Centro de Processamento de Subprodutos de Origem Animal (CPSA) e a Central de Valorização Energética (CVE).

Dando continuidade à estratégia de modernização e sustentabilidade, a empresa concretizou em 2025 investimentos estruturantes essenciais para a eficiência da CVE, destacando-se o upgrade da instrumentação da CVE, a reparação da Turbina, que exigiu a sua deslocação ao fabricante na Alemanha, a renovação da cabine de análise de fumos e a reparação das duas últimas câmaras do Filtro de mangas.

Estas intervenções, entre outras de menor escala, mas igualmente essenciais, foram cruciais para garantir que a TERAMB, EM mantivesse a sua capacidade de processamento de resíduos e injetar na rede elétrica cerca de 7% do consumo total da ilha Terceira. Este volume de produção é suficiente para assegurar, de forma autónoma, o consumo de todas as freguesias que compõem o centro histórico de Angra do Heroísmo, reforçando o papel da empresa na independência energética e na descarbonização dos Açores.

Complementarmente, e no âmbito do apoio logístico, foi adquirida uma viatura elétrica para a manutenção. Este investimento permitiu substituir um veículo de 2011, a gasolina, reafirmando o compromisso da organização com a redução da pegada de carbono e com a melhoria das condições de trabalho das equipas, uma vez que a viatura antiga foi reafectada exclusivamente a Viagens menores e de apoio à operação.

A concretização destes projetos visou assegurar a continuidade de um serviço público de excelência, agora formalmente validado pelas certificações ISO 9001:2015 (Qualidade) e ISO 14001:2015 (Ambiente) obtidas em setembro de 2025. Este desempenho reflete-se no balanço do exercício, onde o valor líquido dos Ativos Fixos Tangíveis se fixou em 27.709.080,64 €, após o reconhecimento de 1.458.425,60 € em depreciações do período para refletir o desgaste técnico dos equipamentos.



RECURSOS HUMANOS

O capital humano é um dos principais ativos da TERAMB, EM, sendo a sua gestão eficaz fundamental para alcançar os objetivos estratégicos da organização. O foco tem sido a formação contínua, o desenvolvimento profissional e a criação de um ambiente de trabalho positivo, sem esquecer a valorização da tabela salarial. Ao longo dos anos, a empresa tem registado um volume de emprego médio de 44 postos de trabalho, divididos pelos departamentos DVMAL e DCVE.

O ano de 2025 apresentou desafios significativos devido à continuidade da adaptação das equipas da Central de Valorização Energética (CVE) e à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que representou uma sobrecarga para o corpo técnico e administrativo. A 31 de dezembro, o quadro de pessoal somava 44 colaboradores, com uma média de idade de 40 anos, sendo composto por 84,4% de homens e 15,6% de mulheres. Ressalva-se que o corpo técnico de qualificação superior representa 15,6% do total, contando com 5 mulheres e 2 homens.

No que respeita à formação e valorização, a TERAMB,EM manteve a aposta no desenvolvimento de competências em áreas como segurança e higiene no trabalho, bem como formação técnica para operadores e engenharia, contabilizando um total de horas anuais 1330,5. No âmbito do processo de certificação, contabilizaram-se 484 horas de trabalho técnico e reuniões intensivas de consultoria.

Os gastos com pessoal totalizaram 1.221.600,96 €, o que representa um aumento de cerca de 11% face ao exercício de 2024. Este acréscimo deveu-se substancialmente à política de valorização interna, nomeadamente através de aumentos salariais e da mudança de categoria de 15 colaboradores que, no âmbito do sistema de avaliação de desempenho, progrediram na carreira. Este investimento no quadro de pessoal, aliado às horas de instrução interna para as novas funções e tarefas do Sistema de Gestão, foi a verdadeira força motriz que permitiu à empresa alcançar a certificação ISO em setembro de 2025.

TABELA 3: NÚMERO DE COLABORADORES POR CATEGORIA

CARGO/CARREIRA/CATEGORIA	DCVE	DVMAL	TOTAL
ADMINISTRADOR		1	1
DIRETOR-TÉCNICO	1	-	1
TÉCNICO SUPERIOR	1	4	5
ASSISTENTES DE GESTÃO	6	1	7
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	-	3	3
TÉCNICOS ALTAMENTE QUALIFICADOS	10	-	10
ASSISTENTES OPERACIONAIS	5	12	17
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO	24	20	44

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A 31 de dezembro de 2025, o volume de negócios da TERAMB,EM fixou-se em 4 287 979,07 €, o que representou um crescimento de aproximadamente 7% comparativamente ao exercício de 2024. Deste montante, cerca de 35% resultou de vendas, impulsionadas essencialmente pela comercialização da eletricidade produzida na Central de Valorização Energética (CVE), enquanto os restantes 65% corresponderam a prestações de serviços de tratamento de resíduos. Este aumento do volume de negócios foi sustentado pela atualização do tarifário e pela ausência de necessidade de ressarcimentos na venda de energia elétrica.

Aos proveitos operacionais acresceram 2 036 088,84 € a título de outros rendimentos, provenientes da imputação de subsídios ao investimento concedidos pelos programas POVT e PO2020. Este valor é manifestamente superior ao registado em 2024, uma vez que, para além dos montantes anuais habitualmente reconhecidos — designadamente 1 135 328,37 € relativos ao investimento no POVT para a construção da "Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira" e 94 333,63 € referentes ao projeto de mineração no âmbito do PO2020 —, verificou-se o reconhecimento integral de 806 424,83 €. Este reconhecimento total decorre da conclusão do projeto da Infraestrutura de Acolhimento Empresarial (PO2020) e da respetiva cedência de posição contratual para o Município de Angra do Heroísmo. Os detalhes relativos a estes cálculos encontram-se devidamente discriminados na nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras

TABELA 4: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

RUBRICAS (€)	2021	2022	2023	2024	2025
Eletricidade	1 224 726,52	897 828,86	1 363 368,64	1 410 416,68	1 471 399,09
Escórias inertes	5 190,00	11 064,12	17 463,56	8 994,78	3297,06
Composto	1 965,20	1 295,40	1 927,91	0	0
Sucata/Escórias ferrosas	29 739,94	35 522,75	33 241,6	16 548,69	13 749,36
Total de Vendas	1 236 694,51	945 711,13	1 416 001,71	1 441 235,01	1 494 017,47
Contrapartidas- SMAUT	281 521,68	295 532,68	320 349,31	392 119,70	419 546,21
Prestação de Serviços	1 866 296,12	1 898 715,10	2 198 456,63	2 580 923,17	2 793 961,6
Total Volume de Vendas +Serviços	3 102 990,63	2 844 426,23	3 614 458,34	4 022 158,18	4 287 979,07



As despesas correntes totalizaram 3 537 291,24 €, o que representa uma taxa de execução orçamental de 95% e um incremento de 15% face ao período homólogo de 2024. No que respeita à eficiência operacional, os gastos com fornecimentos e serviços externos (FSE), em conjunto com o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), registaram uma execução de 96%. Por sua vez, os gastos com pessoal apresentaram uma execução de 94%, situando-se ambos dentro dos parâmetros inicialmente previstos e demonstrando um rigoroso controlo de gestão.

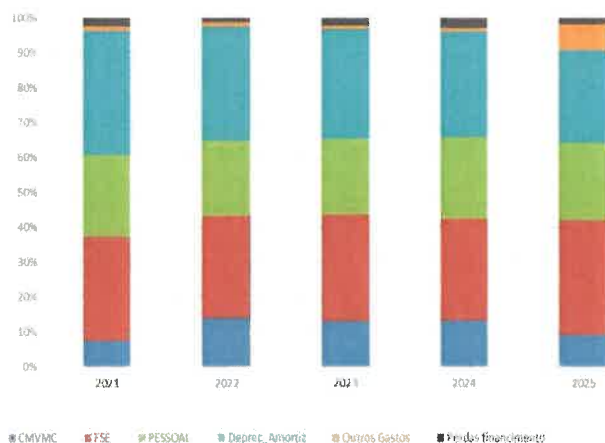


GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Sob o ponto de vista da estrutura de custos, a rubrica de fornecimentos e serviços externos assume o maior peso relativo, representando 33% do valor total executado, seguida pelos gastos com pessoal, com um peso de 22%. O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) fixou-se nos 9%. Relativamente aos encargos de natureza não operacional, destaca-se que os gastos de depreciação e amortização ascenderam a 1 458 425,60 €, correspondendo à execução integral (100%) da dotação orçamental. Por último, os gastos e perdas de financiamento situaram-se em 105 851,54 €, valor que se manteve igualmente dentro do limite orçamentado para o exercício.

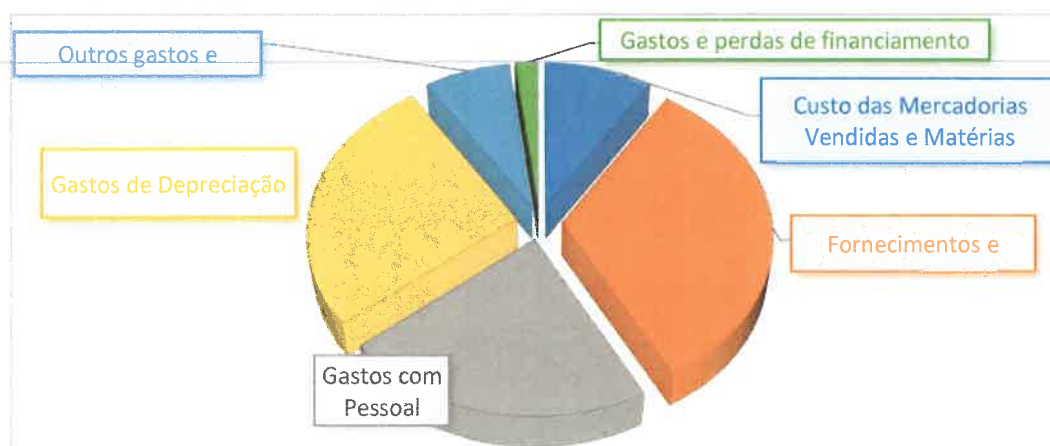


GRÁFICO 7: ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CUSTOS 2024



INDICADORES

A análise dos indicadores financeiros de 2025 evidencia uma dualidade na saúde financeira da TERAMB, EM. Por um lado, a empresa mantém uma elevada Autonomia Financeira (77,37%), garantindo uma solidez estrutural que permite a confiança de credores e parceiros. Por outro lado, observa-se uma degradação nos rácios de liquidez, com a Liquidez Reduzida a cair para 0,89, sinalizando que os ativos de curto prazo (excluindo inventários) são insuficientes para cobrir o passivo corrente.

Este cenário de tesouraria, caracterizado por um Prazo Médio de Pagamento de 320 dias, reflete a opção estratégica de manter tarifários sociais que apenas cobrem a despesa corrente. Como consequência, a empresa carece de margem para autofinanciar a renovação de infraestruturas envelhecidas, perpetuando a necessidade de financiamento externo para investimento. Não obstante estas pressões, a Rentabilidade dos Capitais Próprios atingiu o seu valor mais alto do quinquénio (2,90%), demonstrando que a operação é intrinsecamente geradora de valor, embora a liquidez gerada seja absorvida pelo desfasamento entre recebimentos e as necessidades de investimento e reposição.

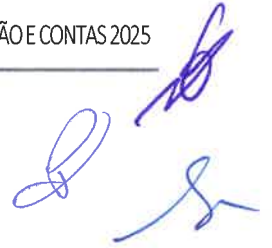
INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025
Liquidez Geral	1,98	2,30	2,30	2,22	1,73
Liquidez Reduzida	1,09	1,51	1,09	1,16	0,89
Liquidez Imediata	0,30	0,24	0,30	0,52	0,25
Solvabilidade	3,97	3,58	3,72	3,71	3,42
Autonomia Financeira	79,87	78,18	78,83	78,77	77,37
Rentabilidade Capitais Próprios	0,18	-0,60	0,96	1,89	2,90
Prazo Médio Recebimentos	90	79	68	76	95
Prazo Médio Pagamentos	361	280	186	260	320

BALANÇO E RESULTADOS

No termo do exercício de 2025, o Total do Ativo da TERAMB, EM fixou-se em 31.697.401,46 €, refletindo a trajetória de ajustamento do Ativo Não Corrente que, após as depreciações e transmissões de ativos, se cifra agora em 27.709.080,64 €. Em contrapartida, o Passivo totaliza 7.137.729,84 €, evidenciando uma estrutura financeira onde os Capitais Próprios (24.523.671,62 €) continuam a assegurar a maioria do financiamento da atividade.

Dentro da estrutura dos Capitais Próprios, destaca-se:

- Capital Subscrito: 1.950.000,00 €;
- Variações no Capital Próprio: 20.319.988,76 € (a rubrica de maior peso);
- Resultado Líquido do Período: 710.264,06 €.



A política de financiamento tem sido pautada pela reestruturação da dívida e pelo suporte ao investimento. Após o financiamento de 2,5 milhões de euros contraído em 2021 para amortização de dívida anterior e reforço de tesouraria, a empresa contratualizou, em dezembro de 2023, uma nova linha de crédito de 500.000,00 € (reembolsável em 120 meses). Esta operação visou especificamente suprir as necessidades de tesouraria associadas ao plano de investimentos, mitigando a pressão sobre o fundo de manei. Adicionalmente, para 2025, foi contratualizado um empréstimo a curto prazo, sob a forma de limite de descoberto, no valor de 250.000,00€, tendo este ficado concluído a 31 de dezembro, conforme previsto.

O volume de negócios (faturação líquida de IVA) atingiu os 4.287.979,07 €, culminando num Resultado Operacional antes de impostos de 821.923,08 €. É fundamental salientar que este desempenho, superior às projeções iniciais, é influenciado pela operação de transmissão dos ativos da Infraestrutura de Acolhimento Empresarial para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Este evento pontual foi determinante para o resultado positivo do período, compensando a política de tarifários controlados que a empresa pratica.

TABELA 5: EVOLUÇÃO DO BALANÇO AO LONGOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

BALANÇO (€)	2021	2022	2023	2024	2025
<i>Ativo não corrente</i>	31.408.582,64	30.722.100,47	30.604.445,92	29.321.689,79	27.709.080,64
<i>Total ativo</i>	33.788.377,19	34.234.927,32	33.145.244,39	32.440.731,30	31.697.401,46
<i>Inventário final</i>	1.075.641,00	1.201.086,51	1.342.269,78	1.490.116,33	1.838.139,16
<i>Capital Próprios</i>	26.986.156,11	26.765.606,63	26.129.006,11	25.555.146,05	24.523.671,62

A política de financiamento da TERAMB, EM tem sido pautada pela reestruturação da dívida e pelo suporte contínuo ao plano de investimento. Na sequência da estratégia delineada em 2021, em que foi contraído um financiamento bancário de 2.500.000,00 € para a amortização integral de dívida anterior e reforço de tesouraria, a empresa assegurou a melhoria das condições de reembolso dos seus compromissos.

Dando continuidade a este esforço de estabilização, em dezembro de 2023, foi contratualizada uma nova linha de crédito no montante de 500.000,00 €, com um prazo de reembolso de 120 meses. Esta operação visou especificamente suprir as necessidades de tesouraria associadas ao plano de investimentos, mitigando a pressão sobre o fundo de manei e garantindo a capacidade operacional da unidade.

Adicionalmente, no decurso do exercício de 2025, a empresa contratualizou um empréstimo de curto prazo, sob a forma de limite de descoberto, no valor de 250.000,00 €. Esta facilidade de caixa permitiu uma gestão de liquidez mais flexível, tendo o processo ficado concluído a 31 de dezembro de 2025, conforme o planeamento previsto para o encerramento do exercício.

DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração da TERAMB, EM informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB, EM tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

RESULTADOS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como do Artigo 24.º dos Estatutos da Empresa e dos Artigos 21.º e 24.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, submete-se à Assembleia Geral a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2025, que ascendeu a 710.264,06 €.

De acordo com os normativos vigentes, a distribuição do lucro líquido deve observar as seguintes prioridades:

- Reserva Legal – Destinação de uma percentagem não inferior a 5% (vigésima parte) dos lucros líquidos até que esta represente 20% (quinta parte) do Capital Social. Atendendo a que o Capital Social da TERAMB, EM é de 1.950.000,00 €, o limite da reserva legal fixa-se nos 390.000,00 €. À data de 31 de dezembro de 2025, esta reserva contabiliza 101.327,63 €, encontrando-se ainda abaixo do limite legal e exigindo, por isso, o seu reforço obrigatório.
- Reservas para Investimento: Conforme previsto na alínea c) do Artigo 24.º e alínea b) do Artigo 25.º dos Estatutos, o remanescente dos resultados pode ser canalizado para reservas destinadas a investimentos de interesse para a Sociedade.

Considerando que os resultados transitados são positivos e que a prioridade da gestão foca-se na solidez do balanço e na capacidade de autofinanciamento para a modernização das infraestruturas, propõe-se a seguinte aplicação:

- **Reserva Legal** (Reforço de 5%) - 35.513,20 €
- **Reservas de Investimento** (95 %) - 674.750,86 €
- **Total do Resultado Líquido 2025** - 710.264,06 €

Com este reforço, a Reserva Legal passará a totalizar 136.840,83 €, prosseguindo a trajetória de convergência para o limite de 20% estipulado pelo CSC. A dotação remanescente para Reservas de Investimento revela-se fundamental para assegurar a continuidade operacional e a renovação de equipamentos e infraestruturas críticas da empresa, minimizando a dependência de financiamento externo bancário.

A opção de canalizar o remanescente do resultado líquido (**674.750,86 €**) para **Reservas de Investimento**, em detrimento da distribuição de dividendos, constitui uma medida prudencial corretiva face ao diagnóstico de liquidez efetuado. Conforme analisado na secção de indicadores, a **Liquidez Reduzida (0,89)** e a **Liquidez Imediata (0,25)** revelam uma vulnerabilidade acentuada no curto prazo.

Ao reter estes excedentes na esfera dos Capitais Próprios, a TERAMB, EM reforça a sua **Autonomia Financeira** e, simultaneamente, cria uma almofada de autofinanciamento.



Anexo I - Demonstrações financeiras



BALANÇO

31. Dezembro. 2025

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2025	31 Dezembro 2024
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	9	27 709 080,64	29 090 978,99
Ativos intangíveis	8	202 295,20	213 726,40
Outros investimentos financeiros	29	-	16 832,82
Ativos por impostos diferidos		-	151,58
		27 911 375,84	29 321 689,79
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	20	1 838 139,16	1 490 116,33
Clientes	29	1 133 464,81	849 186,60
Estado e outros entes públicos	29	233 842,89	28 646,98
Outros créditos a receber	29	3 577,34	3 755,98
Diferimentos	29	22 739,98	21 289,07
Caixa e depósitos bancários	5	554 261,44	726 046,55
		3 786 025,62	3 119 041,51
Total do ativo		31 697 401,46	32 440 731,30
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	7	1 950 000,00	1 950 000,00
Reservas legais		101 327,63	77 241,55
Outras reservas		1 120 256,97	662 621,41
Resultados transitados		321 834,20	323 574,28
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	24	20 319 988,76	22 059 987,17
		23 813 407,56	25 073 424,41
Resultado líquido do período	6	710 264,06	479 981,56
Total do capital próprio		24 523 671,62	25 553 405,97
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12/29	1 755 827,41	1 953 318,96
Passivos por impostos diferidos	27	-	394,91
Outras dívidas a pagar	29	3 231 803,29	3 525 924,36
		4 987 630,70	5 479 638,23
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	29	831 672,77	606 182,85
Estado e outros entes públicos	29	88 878,44	72 211,01
Financiamentos obtidos	12/29	309 246,48	401 112,36
Outras dívidas a pagar	29	956 301,45	328 180,88
Total do passivo corrente		2 186 099,14	1 407 687,10
Total do passivo		7 173 729,84	6 887 325,33
Total do capital próprio e do passivo		31 697 401,46	32 440 731,30

Contabilidade Certificada
N.º 177/99

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2025

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	22/32	4 287 979,07	4 022 158,18
Subsídios à exploração	24	0,00	3 256,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-501 868,41	-615 088,23
Fornecimentos e serviços externos	6/32	-1 813 821,87	-1 369 538,00
Gastos com o pessoal	30	-1 221 600,96	-1 100 997,97
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	29	-14,43	-72,01
Aumentos / reduções de justo valor	29	-273,92	0,00
Outros rendimentos	24	2 036 088,84	1 240 773,60
Outros gastos	32	-400 288,10	-46 569,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 386 200,22	2 133 922,29
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8/9	-1 458 425,60	-1 417 245,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		927 774,62	716 677,15
Juros e gastos similares suportados	12	-105 851,54	-136 002,35
Resultado antes de impostos		821 923,08	580 674,80
Imposto sobre o rendimento do período	27	-111 659,02	-100 693,24
Resultado líquido do período	6	710 264,06	479 981,56

Contabilista Certificada
N.º 27789

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadao da Silva)

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM – Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 – Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derogado o §7 da NCRF n.º7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo estão de acordo com as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES – Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, determinado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. (em alternativa, pelo modelo da revalorização, determinado pela quantia revalorizada menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes).

Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis estão registados pelo modelo do custo, determinado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. (em alternativa, pelo modelo da revalorização, determinado pela quantia revalorizada menos qualquer amortização acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes).

Imposto sobre o rendimento:

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa nominal de 11,20% sobre a matéria coletável até 50.000€ e à taxa de 14% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a derrama (como a empresa tem a sua sede no Conselho de Angra do Heroísmo, beneficia de Isenção), bem como tributações autónomas sobre determinados encargos.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

Inventários:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao custo é reconhecido o respetivo ajustamento para o valor realizável líquido como gasto do período (perdas por imparidade).

Cientes e outros valores a receber:

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas".

Caixa e depósitos bancários:

Este item inclui os valores em caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários, mensurados pelas respetivas quantias nominais. Os descobertos bancários, quando existem, são incluídos na rubrica "Financiamentos Obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira, quando existem, são convertidos com base na taxa de câmbio à data do fecho.

Provisões:

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa, pelo respetivo valor ou pelo seu valor presente.

Fornecedores e outras contas a pagar:

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Esses financiamentos bancários são mensurados ao custo amortizado. Os gastos de financiamento são determinados com base no método do juro efetivo (taxa de juro efetiva), sendo registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Rédito e regime do acréscimo:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na NCRF 20, ou seja, o rédito só é reconhecido quando é razoavelmente mensurável, sendo provável que se obtenha benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas" quando existe o direito de os receber.

Subsídios:

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo respetivo valor atribuído, quando existe a segurança de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos não reembolsáveis para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos na rubrica "Outras Variações nos Capitais Próprios". São transferidos para resultados numa base sistemática, à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios não reembolsáveis destinados a rendimentos (à exploração), visam o financiamento de encargos incorridos e registados no período como gastos, pelo que são reconhecidos em resultados à medida em que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

4.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem políticas contabilísticas relevantes, para além das apresentadas.

4.3 – Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As principais fontes de incerteza residem nas estimativas contabilísticas mais relevantes:

Provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. À data de 31 de dezembro de 2025, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos "pagamentos ao pessoal", encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional "pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento".

O fluxo da atividade de investimento relativo a "juros e rendimentos similares", está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 5 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

6.1 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

6.2 – Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

6.3 – Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros, materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante global de 1.740,08€, os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2024 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 6 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. – Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

7.2. – Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um auferiu remunerações no exercício, no montante bruto de 52.869,90€ a título de remunerações e 11.802,27€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

7.3. – Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante 2025, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 7 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos

- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2025 a empresa não tinha ativos fixos tangíveis em curso.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 31 de dezembro de 2025, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 9 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DÉTIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

11. LOCAÇÕES (Não aplicável)

12. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa. O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente ao artigo matricial 1691 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

Em dezembro de 2023 a empresa contratualizou um novo financiamento bancário, na modalidade de abertura de crédito até ao limite de 500.000,00€, mediante a apresentação de uma livrança subscrita pela empresa, dos quais a empresa utilizou 350.000,00€, podendo o montante remanescente vir a ser utilizado num período de 12 meses, sendo o prazo de reembolso de 120 meses, destinando-se o mesmo a suprir necessidades de tesouraria.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 12 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

14. IMPARIDADE DE ATIVOS (Não aplicável)

15. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

16. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

17. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (Não aplicável)

18. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

19. AGRICULTURA (Não aplicável)

20. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica "inventários" apresentava a composição constante do Quadro 20 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

21. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

22. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 22 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

23. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma comparticipação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a participar a construção da "Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira". A comparticipação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura. Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 12.992.940,53€, dos quais 1.135.328,37€, são rendimentos do exercício de 2025.

Em 2019 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 806.424,83€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020. Em 2025, a empresa transmitiu os ativos associados a este subsídio para o Município de Angra do Heroísmo, pelo que o subsídio foi regularizado de uma só vez.

Em 2022 a empresa reconheceu um novo subsídio, cuja candidatura foi apresentada ainda no âmbito do PO2020, destinado a participar o projeto de mineração em curso, no montante de 1.274.738,81€, cuja taxa de comparticipação é de 85%, podendo vir a atingir os 100% se a empresa atingir de terminadas metas estabelecidas no programam em causa. Relativamente a este subsídio, já foram reconhecidos rendimentos no montante de 279.313,66€, dos quias 94.333,63€ em 2025.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global, cujo valor da regularização relativa a esta rubrica ascende em 2025 a 166.893,27€, sendo o saldo a regularizar em períodos futuros no montante global de 3.410.596,25€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2025). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica "subsídios ao investimento" apresentava a composição constante do Quadro 23 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

25. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, a mesma é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14% para o montante global de matéria coletável. Porém, a empresa solicitou um parecer à Autoridade Tributária, no sentido de aferir o respetivo enquadramento como "Small Mid Cap", nos termos previstos no Decreto-Lei nº81/2017 de 30 de setembro. Não sendo o parecer totalmente clarificador, mas uma vez que a empresa cumpre os requisitos deste conceito, optou por aquele enquadramento, pelo que a matéria coletável até 50.000,00€ passa a ser tributada à taxa de 11,2% e o montante que exceda aquele limite, será tributado à taxa de 14%.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 27 dos "Quadros - ANEXO" e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" ou "custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer estas sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

O Quadro 29 dos "Quadros - ANEXO" revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 31 de dezembro de 2024.

30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prêmios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2025 a empresa apenas tem registados encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal. Os saldos que se apresentam em dívida no final do exercício, serão regularizados no início de 2026.

O Quadro 30 dos "Quadros - ANEXO" reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. – Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 1.813.821,87€ no final de 2025. O Quadro 32.1 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

32.2. – Informação por código de atividade

O Quadro 32.2 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição de várias rúbricas, de acordo com o CAE da empresa.

32.3. – Informação por Mercado Geográfico

O Quadro 32.3 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição de várias rúbricas, de acordo com diferentes mercados.

33. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBAS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas "SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda", com sede em Rua da Alegria, n.º 785, E14, Porto, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido faturados honorários relativos aos serviços prestados, no montante global de 4.524€.

As demonstrações financeiras para o período findo em 25 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 12 de março de 2025.

Quadros - ANEXO

31. Dezembro. 2025

(Montantes expressos em euros)

Quadro 5 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes		
	2024	2025
Caixa	1 094,62	724,04
Depósitos à Ordem	724 951,93	553 537,40
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	<u>726 046,55</u>	<u>554 261,44</u>

Quadro 6 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		Comparativo	Diferencial	Comparativo
Rendimentos e Gastos		2024		Reexpresso
Gastos com o pessoal		-1 100 856,88	-141,09	-1 100 997,97
Outros gastos		-44 970,31	-1 598,99	-46 569,30
Resultado líquido do período		<u>481 721,64</u>	<u>-1 740,08</u>	<u>479 981,56</u>
BALANÇO		Comparativo	Diferencial	Comparativo
		2024		Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:				
Resultado líquido do período		481 721,64	-1 740,08	479 981,56
	Total do capital próprio	<u>25 555 146,05</u>	<u>-1 740,08</u>	<u>25 553 405,97</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Estado e outros entes públicos		70 612,02	1 598,99	72 211,01
Outras dívidas a pagar		328 039,79	141,09	328 180,88
	Total do passivo corrente	<u>1 405 947,02</u>	<u>1 740,08</u>	<u>1 407 687,10</u>
	Total do passivo	<u>6 885 585,25</u>	<u>1 740,08</u>	<u>6 887 325,33</u>
	Total do capital próprio e do passivo	<u>32 440 731,30</u>	<u>0,00</u>	<u>32 440 731,30</u>

Quadro 7 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante							
Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação	
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1 170 000,00	60,00%	60,00%	2010	
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780 000,00	40,00%	40,00%	2010	

Transações entre Partes Relacionadas								
Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	1 984 534,78			6 213,81		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	25 001,70			0,00		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	361 269,82			126 059,34		

Saldos Pendentes a 31.12.2025					
Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar	
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	255 357,62	2 037,54	
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	8 854,21		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	195 647,98	57 222,86	

Quadro 8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto					
	Saldo em 31. Dezembro. 2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro. 2025
Goodwill		0,00			0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00			0,00
Programas de computador		0,00			0,00
Propriedade industrial		0,00			0,00
Direitos de superfície		0,00			0,00
Outros ativos intangíveis		343 280,28			343 280,28
	<u>343 280,28</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>343 280,28</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro, 2024	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro, 2025
Goodwill	0,00				0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00				0,00
Programas de computador	0,00				0,00
Propriedade industrial	0,00				0,00
Direitos de superfície	0,00				0,00
Outros ativos intangíveis	129 553,88	11 431,20			140 985,08
	129 553,88	11 431,20	0,00	0,00	

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro, 2024	Saldo em 31. Dezembro, 2025
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	213 726,40	202 295,20
	213 726,40	202 295,20

Quadro 9 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro, 2024	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 31. Dezembro, 2025
Terrenos e recursos naturais	999 125,11		999 125,11		0,00
Edifícios e outras construções	37 911 283,21	860 156,20			38 771 439,41
Equipamento básico	2 256 138,70	187 520,00			2 443 658,70
Equipamento de transporte	350 715,30	28 077,72			378 793,02
Equipamento administrativo	26 954,36	4 679,00			31 633,36
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	209 078,51	1 473,24			210 551,75
Activos fixos tangíveis em curso	17 685,00			17 685,00	0,00
	41 770 980,19	1 081 906,16	999 125,11	17 685,00	41 836 076,24

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2024	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 2025
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	11 064 364,09	1 288 309,42			12 352 673,51
Equipamento básico	1 317 181,07	101 715,56			1 418 896,63
Equipamento de transporte	207 199,45	37 306,27			244 505,72
Equipamento administrativo	18 128,62	3 473,23			21 601,85
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	73 127,97	16 189,92			89 317,89
	12 680 001,20	1 446 994,40	0,00	0,00	14 126 995,60

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Terrenos e recursos naturais	999 125,11	0,00
Edifícios e outras construções	26 846 919,12	26 418 765,90
Equipamento básico	938 957,63	1 024 762,07
Equipamento de transporte	143 515,85	134 287,30
Equipamento administrativo	8 825,74	10 031,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	135 950,54	121 233,86
Activos fixos tangíveis em curso	17 685,00	0,00
	29 090 978,99	27 709 080,64

Quadro 12 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Valor	2024				2025				
	Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente		
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	3 000 000,00	220 391,62	401 112,36	2 204 738,19	1 953 318,96	401 112,36	309 246,48	1 953 318,96	1 755 827,41
Participantes de Capital: Suprimentos									
Outros Financiadores	3 000 000,00	220 391,62	401 112,36	2 204 738,19	1 953 318,96	401 112,36	309 246,48	1 953 318,96	1 755 827,41
	2024	2025							
Custos dos empréstimos obtidos	136 002,35	105 851,54							

CMVMC / Variação de Produção

	2024		2025	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	1 342 269,78	0,00	1 490 116,33
Compras	0,00	839 467,90	0,00	936 004,81
Reclassificações/Regularizações	0,00	-76 533,12	0,00	-86 113,57
Inventário Final	0,00	1 490 116,33	0,00	1 838 139,16
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	615 088,23	0,00	501 868,41

	2024	2025
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1 441 235,01	1 494 017,47
Prestação de serviços	2 580 923,17	2 793 961,60
Subsídios à Exploração	3 256,02	0,00
Subsídios ao Investimento	1 239 258,61	2 036 086,83
Juros	1 514,55	0,00
	<u>5 266 187,36</u>	<u>6 324 065,90</u>

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	2024		2025			
	Subsídios atribuídos em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período	Subsídios atribuídos em períodos anteriores	Valor atribuído no período	Valor imputado ao período
		2024	2024		2025	2025
Subsídios relacionados com ativos:						
Terrenos e recursos naturais	806 424,83	0,00	0,00	806 424,83	0,00	806 424,83
Edifícios e outras construções	35 134 344,69	0,00	1 141 287,04	35 134 344,69	0,00	1 141 286,98
Equipamento básico	2 160 792,44	0,00	57 909,97	2 160 792,44	0,00	51 295,39
Equipamento de transporte	285 390,00	0,00	38 296,30	285 390,00	0,00	37 079,63
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	1 765,30	0,00	0,00	0,00
Outros	290 282,34	0,00	0,00	290 282,34	0,00	0,00
	<u>38 677 234,30</u>	<u>0,00</u>	<u>1 239 258,61</u>	<u>38 386 951,96</u>	<u>0,00</u>	<u>2 036 086,83</u>
	<u>2024</u>		<u>2025</u>			
Valor subsídios à exploração:						
Direção Regional do Emprego	3 256,02		0,00			

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2024	2025
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	582 414,88	710 264,05
Resultados fiscal do período	582 659,52	794 041,10
Reporte de prejuízos fiscais	-146 290,25	0,00
Matéria coletável do período	436 369,27	794 041,10
Imposto corrente	64 146,28	109 765,75
Tributações autónomas	1 078,11	2 136,80
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	4 019,84	0,00
Taxa efetiva de imposto	<u>14,70%</u>	<u>13,82%</u>

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos					Passivos				
	2024		2025		Saldo Final	2024		2025		Saldo Final
Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Inicial		Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	
Excedentes de revalorização										
Prejuízos Fiscais	39 488,69	39 488,69	0,00	0,00	0,00					
Justo Valor do FCT (FAQ nº 28 CNC)	151,60		151,60	151,60	0,00	394,91		394,91	394,91	0,00
	<u>39 640,29</u>	<u>39 488,69</u>	<u>151,60</u>	<u>151,60</u>	<u>0,00</u>	<u>394,91</u>	<u>0,00</u>	<u>394,91</u>	<u>394,91</u>	<u>0,00</u>

Imposto sobre o Rendimento

	2024	2025
Imposto Corrente	61 204,55	111 902,35
Imposto Diferido	39 488,69	-243,31
	<u>100 693,24</u>	<u>111 659,04</u>

	2024				2025			
	Mensurados ao Justo Valor	Mensurados ao Custo Amortizado	Mensurados ao Custo	Imparidade Acumulada	Mensurados ao Justo Valor	Mensurados ao Custo Amortizado	Mensurados ao Custo	Imparidade Acumulada
Ativos financeiros:	0,00	0,00	856 510,04	3 567,46	0,00	0,00	1 140 624,04	3 581,89
Clientes			852 754,06	3 567,46			1 137 046,70	3 581,89
Adiantamento a fornecedores			0,00				0,00	
Accionistas/sócios			0,00				0,00	
Outras contas a receber			3 755,98				3 577,34	
Ativos financeiros detidos para negociação			0,00				0,00	
Outros ativos financeiros			0,00				0,00	
Passivos financeiros:	0,00	0,00	6 814 578,32	0,00	0,00	0,00	6 859 361,48	0,00
Fornecedores			606 182,85				606 182,85	
Adiantamento de clientes			0,00				0,00	
Accionistas/sócios			0,00				0,00	
Financiamentos obtidos			2 354 431,32				2 065 073,89	
Outras contas a pagar			3 853 964,15				4 188 104,74	
Passivos financeiros detidos para negociação			0,00				0,00	
Outros passivos financeiros			0,00				0,00	

Imparidades - Dividas de Clientes

	Clientes de Cobrança Duvidosa:		Imparidades Acumuladas:		Imparidades Exercício:	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Clientes de Cobrança Duvidosa:						
Reclamados judicialmente	82,44	82,44	82,44	82,44	0,00	0,00
Em mora:	3 499,45	3 499,45	3 485,02	3 499,45	72,01	14,43
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	-14,43	0,00
Há mais de 13 meses e até 18 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	-20,11	0,00
Há mais de 19 meses e até 24 meses	57,72	0,00	43,29	0,00	-25,87	-43,29
Há mais de 25 meses	3 441,73	3 499,45	3 441,73	3 499,45	132,42	57,72
Totais	3 581,89	3 581,89	3 567,46	3 581,89	72,01	14,43

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	2024		2025	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	44	88 000	45	89 280
Pessoas REMUNERADAS	44	88 000	45	89 280
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	44	88 000	45	89 280
Pessoas a TEMPO COMPLETO	44	88 000	45	89 280
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	44	88 000	45	89 280
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	44	88 000	45	89 280
Homens	36	72 000	38	75 392
Mulheres	8	16 000	7	13 888

Gastos com Pessoal

	2024	2025
Remunerações dos órgãos sociais	49 597,73	52 869,90
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	831 933,69	912 962,51
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	196 703,59	216 240,11
Contribuições para a Segurança Social	196 703,59	216 240,11
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	0,00	0,00
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82/B/2014)	0,00	0,00
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	20 346,96	23 217,81
Gastos de ação social		
Outros Gastos com Pessoal	2 416,00	16 310,63
Formação	2 416,00	3 359,00
Higiene e segurança no trabalho	0,00	2 835,00
Fardamento	0,00	10 116,63
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	1 100 997,97	1 221 600,96

32.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	2024	2025
Subcontratos	124 632,99	124 978,46
Serviços Especializados	1 102 679,16	1 516 613,77
Trabalhos especializados	673 820,53	800 883,37
Publicidade	0,00	2 723,07
Vigilância e segurança	0,00	45 685,74
Honorários	6 630,00	6 041,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	414 662,71	654 231,80
Serviços Bancários	7 565,92	7 048,79
Outros Serviços Especializados	0,00	0,00
Materiais	21 248,97	22 243,07
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	19 359,83	21 877,39
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	1 879,14	352,90
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	0,00	12,78
Energia e Fluidos	51 304,00	57 289,79
Electricidade	1 776,20	2 096,12
Combustíveis	46 196,40	52 799,53
Água	2 536,29	2 038,80
Outros	795,11	355,34
Deslocações e estadas	25 465,52	35 283,33
Deslocações e estadas	4 944,18	6 055,20
Transporte de mercadorias	20 521,34	29 228,13
Serviços diversos	44 207,36	57 413,45
Rendas e alugueiros	4 691,47	6 916,60
Comunicações	5 293,90	5 368,54
Seguros	16 126,98	15 363,15
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	2 456,40	315,00
Despesas de representação	12 778,49	26 486,76
Limpeza, higiene e conforto	2 821,32	2 973,40
Outros serviços diversos	38,80	0,00
Total FSE	1 369 538,00	1 813 821,87

32.2. - Informação por Código de Atividade

	2024 CAE 38212	2025 CAE 38212
Vendas:	1 441 235,01	1 494 017,47
Mercadorias	0,00	0,00
Prod. acabados interm., subprod., desperd., resíduos e refugos	1 441 235,01	1 494 017,47
Activos biológicos	0,00	0,00
Prestação de serviços	2 580 923,17	2 793 961,60
Compras	839 467,90	936 004,81
Fornecimentos e serviços externos	1 369 538,00	1 813 821,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	615 088,23	501 868,41
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	615 088,23	501 868,41
Activos biológicos (compras)	0,00	0,00
Varição nos inventários da produção	0,00	0,00
Número médio de pessoas ao serviço	44	45
Gastos com o pessoal:	1 100 997,97	1 221 600,96
Remunerações	881 531,42	965 832,41
Outros (inclui pensões)	219 466,55	255 768,55
Activos fixos tangíveis:	29 366 412,13	28 790 986,80
Quantia escriturada líquida final	29 090 978,99	27 709 080,64
Total de aquisições	178 227,20	1 081 906,16
Das quais: em Edifícios e outras construções	23 869,00	860 156,20
Adições no período de activos em curso	97 205,94	0,00
Propriedades de investimento:	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00
Total de aquisições	0,00	0,00
Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00	0,00
Adições no período de actividades de investimento em curso	0,00	0,00

	2024			2025				
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extra-Comunitário	TOTAL	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extra-Comunitário	TOTAL
Vendas	1 441 235,01			1 441 235,01	1 494 017,47			1 494 017,47
Prestação de serviços	2 580 923,17			2 580 923,17	2 793 961,60			2 793 961,60
Compras	775 600,60	63 867,30		839 467,90	876 183,61	59 821,20		936 004,81
Fornecimentos e serviços externos	1 350 933,85	18 604,15		1 369 538,00	1 798 818,63	15 003,24		1 813 821,87
Aquisição de activos fixos tangíveis	155 127,20	23 100,00		178 227,20	1 081 906,16			1 081 906,16
Aquisição de propriedades de investimento	0,00			0,00	0,00			0,00
Aquisição de activos intangíveis	0,00			0,00	0,00			0,00
Rendimentos suplementares:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços sociais				0,00				0,00
Aluguer de equipamento				0,00				0,00
Estudos, projectos e assistência tecnológica				0,00				0,00
Royalties				0,00				0,00
Outros				0,00				0,00

Contabilidade Certificada
N.º 377/19

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valaújo da Silva)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

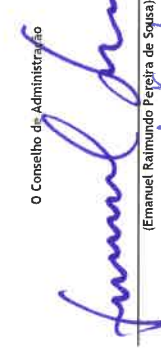


31. Dezembro. 2024

(Montantes expressos em euros)

Posição no início do período 2024	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
			Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão								
1	1 950 000,00	-	-	-	64 658,82	423 549,64	323 574,28	-	-	23 115 568,87	251 654,50	26 129 006,11	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													
Prestações acessórias de capital													
Transferência de Resultados													
Correções relativas a exercícios anteriores													
Subsídios ao investimento													
Doações													
2.	-	-	-	-	12 582,73	239 071,77	-	-	-	(1 055 581,70)	(251 654,50)	(1 055 581,70)	
3													
4-2+3													
5													
6=1+4+5	1 950 000,00	-	-	-	77 241,55	662 621,41	323 574,28	-	-	22 059 987,17	479 981,56	25 553 405,97	

Realizações de capital
Realizações de prémios de emissão
Distribuições
Entradas para cobertura de perdas
Outras operações

Companhia Certificada
17739

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sandra Valadao da Silva)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2025

(Montantes expressos em euros)

	2025	2024	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	4 329 538,77	4 074 317,50	
Pagamentos a fornecedores	-3 344 636,59	-2 487 556,41	
Pagamentos ao pessoal	-794 986,35	-732 930,49	
Caixa gerada pelas operações	189 915,83	853 830,60	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-468 915,70	-340 689,61	
Outros recebimentos / pagamentos	-54 901,09	-31 876,81	
Fluxos das actividades operacionais [1]	-333 900,96	481 264,18	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-176 752,27	-20 915,24	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	0,00	0,00	
Outros ativos	0,00	0,00	-20 915,24
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	715 708,46	96 602,30	
Ativos intangíveis	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	16 558,90	23 388,37	
Outros ativos	0,00	0,00	
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	
Dividendos	0,00	0,00	119 990,67
Fluxos das actividades de investimento [2]	555 515,09	99 075,43	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	0,00	150 000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00	
Doações	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	150 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-291 823,87	-222 800,38	
Juros e gastos similares	-101 575,37	-110 517,18	
Dividendos	0,00	0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	-333 317,56
Fluxos das actividades de financiamento [3]	-393 399,24	-183 317,56	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-171 785,11	397 022,05	
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	726 046,55	329 024,50	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	554 261,44	726 046,55	

Contabilidade Certificada
N.º 37739

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valaário da Silva)

Contribuinte: 509620515
Período findo em: 31. Dezembro. 2025

Pág. 1/1
Moeda: Eur

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2025	2024	%
Vendas e serviços prestados	4 287 979,07	4 022 158,18	6,61
Subsídios à exploração	0,00	3 256,02	-100,00
Outros Rendimentos e Ganhos	2 036 088,84	1 240 773,60	64,10
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	2025	2024	%
CMVMC	501 868,41	615 088,23	-18,41
Fornecimentos e Serviços Externos	1 813 821,87	1 369 538,00	32,44
Gastos com Pessoal	1 221 600,96	1 100 997,97	10,95
Outros Gastos e Perdas	400 288,10	46 569,30	759,55
Gastos Depreciações/Amortizações	1 458 425,60	1 417 245,14	2,91
Juros e gastos similares suportados	105 851,54	136 002,35	-22,17

Estrutura de Resultados

Rubricas	2025	2024	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 386 200,22	2 133 922,29	11,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	927 774,62	716 677,15	29,46
Resultado antes de impostos	821 923,08	580 674,80	41,55
Impostos sobre o rendimento do período	111 659,02	100 693,24	10,89
Resultado líquido do período	710 264,06	479 981,56	47,98

Margem de Comercialização

Rubricas	2025	2024	%
Vendas e serviços prestados	4 287 979,07	4 022 158,18	6,61
CMVMC + FSE's	2 315 690,28	1 984 626,23	16,68
Margem em Valor	1 972 288,79	2 037 531,95	-3,20
Margem em %	46,00	50,66	-9,20

Ponto critico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	2025	2024	%
Vendas e serviços prestados	4 287 979,07	4 022 158,18	6,61
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	3 080 314,66	2 564 812,41	20,10
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	6 696 952,73	5 063 027,95	32,27
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Critico)	-2 408 973,66	-1 040 869,77	-131,44
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	71,84	63,77	12,65
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-56,18	-25,88	-117,09

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	2025	2024	%
Capitais Permanentes (1)	29 511 302,32	31 033 044,20	-4,90
Activo não corrente (2)	27 911 375,84	29 321 689,79	-4,81
Fundo de Maneio (3=1-2)	1 599 926,48	1 711 354,41	-6,51
Necessidades de Exploração (4)	3 205 446,86	2 367 949,91	35,37
Recursos de Exploração (5)	920 551,21	678 393,86	35,70
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	2 284 895,65	1 689 556,05	35,24
Necessidades Extra-Exploração (7)	26 317,32	25 045,05	5,08
Recursos Extra-Exploração (8)	1 265 547,93	729 293,24	73,53
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-1 239 230,61	-704 248,19	-75,97
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	1 045 665,04	985 307,86	6,13
Tesouraria Global (11=3-10)	554 261,44	726 046,55	-23,66

Indicadores

Rubricas	2025	2024	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	1,73	2,22	-21,84
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	0,89	1,16	-23,00
Liquidez Imediata Meios Financeiros Líquidos/Passivo Corrente	0,25	0,52	-50,84
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,42	3,71	-7,86
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo líquido x 100	77,37	78,77	-1,78
Prazo Médio Recebimentos (Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	95	76	25,20
Prazo Médio Pagamentos (Fornecedores/Compras)x360 dias	320	260	23,05
PMP(RCM nº34/2008 de 22/2) ((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	28	25	10,21
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Líquido/Capital Próprio x 100	2,90	1,88	54,19



Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Teramb - Empresa Municipal De Gestão E Valorização Ambiental Da Ilha Da Terceira, EM (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 31 697 401,46 euros e um total de capital próprio de 24 523 671,62 euros, incluindo um resultado líquido de 710 264,06 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teramb - Empresa Municipal De Gestão E Valorização Ambiental Da Ilha Da Terceira, EM em 31 de dezembro ed 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros de HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da

auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

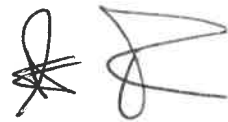
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2026


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Teresa Maria da Cunha Soares Martins
(ROC N.º 1405 e registado na CMVM com o n.º 20161015)



Anexo III - Ata Assembleia Geral



ATA n.º 91

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas 18 horas, a Assembleia Geral da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, com sede, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros).

Reuniram por teleconferência, em representação dos sócios: Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira na qualidade de secretária da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros). A reunião realizou-se por teleconferência em virtude das representantes se encontrarem fora da ilha, na qualidade de Presidentes das respetivas Câmaras Municipais em eventos oficiais.

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1) Relatório de gestão e Contas 2025

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea b) do artigo 12º dos estatutos da Teramb, EM, e após apreciação e discussão do Relatório de gestão e contas do exercício de 2025, submetido pelo Conselho de Administração, deliberou-se por unanimidade aprovar os documentos com parecer favorável e submeter às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

- Total do Ativo: 31 697 401,46 €
- Total do Passivo: 7 173 729,84€
- Capitais Próprios: 24 523 671,62€
- Resultado antes de impostos: 927 774,62€
- Resultado líquido do exercício, no montante global de 710 264,06 €



2) Proposta de aplicação de resultados do exercício e distribuição de dividendos:

Nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais (CSC), assim como do Artigo 24.º dos Estatutos da Empresa, e ainda dos Artigos 21º e 24º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações, os resultados líquidos anuais devidamente aprovados terão a seguinte aplicação:

De acordo com os normativos vigentes, a distribuição do lucro líquido deve observar as seguintes prioridades:

Reserva Legal - Destinação de uma percentagem não inferior a 5% (vigésima parte) dos lucros líquidos até que esta represente 20% (quinta parte) do Capital Social. Atendendo a que o Capital Social da TERAMB, EM é de 1.950.000,00 €, o limite da reserva legal fixa-se nos 390.000,00 €. À data de 31 de dezembro de 2025, esta reserva contabiliza 101.327,63 €, encontrando-se ainda abaixo do limite legal e exigindo, por isso, o seu reforço obrigatório.

Reservas para Investimento: Conforme previsto na alínea c) do Artigo 24.º e alínea b) do Artigo 25.º dos Estatutos, o remanescente dos resultados pode ser canalizado para reservas destinadas a investimentos de interesse para a Sociedade.

Considerando que os resultados transitados são positivos, no montante de 710.264,06 € e que a prioridade da gestão se foca na solidez do balanço e na capacidade de autofinanciamento para a modernização das infraestruturas, aceita-se e aprova-se a proposta do Conselho de Administração com a seguinte distribuição:

- Reserva Legal (Reforço de 5%) - 35.513,20 €
- Reservas de Investimento (95 %) - 674.750,86 €
- Total do Resultado Líquido 2025 - 710.264,06 €

Nos Estatutos, e na proposta, não existe qualquer cláusula que disponha em contrário ao preceituado na referida disposição legal.

3) Outros Relatórios do exercício de 2025:

Relatório de viabilidade económica 2025 - Procedeu-se à análise da proposta de relatório submetido pelo Conselho de Administração, elaborado em cumprimento do estipulado no número 6º artigo 32º Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que procede à análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos que levaram á criação



da empresa e a efetiva situação económico-financeira da empresa local a 31 de dezembro de 2025. O relatório foi aprovado por unanimidade devendo este ser remetido à Inspeção-Geral de Finanças.

Plano estratégico – Manter as diretrizes do plano estratégico em vigor e aprovado para o período de 2014-2023, até à revisão deste que se encontra em curso.

Relatório do Governo Societário 2025– Tomou conhecimento.

Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Tomou conhecimento.

4) SAMSIC – Reposição equilíbrio financeiro contrato n.º 8/2023-----

Nos termos do exarado na Portaria n.º 87/2026/1, do pedido instruído pela SAMSIC – Facility Services, S.A., para reposição do equilíbrio financeiro do contrato referente à limpeza das instalações da TERAMB, EM, ao abrigo do procedimento n.º: 2023/DVMAL02 e da deliberação do Conselho de Administração, datada de 26 de março de 2026, a aprovar a proposta de aumento do preço contratual mensal de 1861,16 € para 1944,01 €, que corresponde a uma taxa de atualização de 5,75%. A presente atualização é aplicada retroativamente a 1 de janeiro de 2026, resultando, assim, num novo preço contratual de total de 91 151,01€ (noventa e um mil cento e cinquenta e um euros e um cêntimo), delibera-se por unanimidade autorizar a reposição do equilíbrio financeiro do contrato em 82,85 € mensal, que representa um acréscimo contratual para o total do contrato de 248,55 €.

5) Pedido de prorrogação do cargo de Vogal do Conselho de Administração

Foi presente à Assembleia Geral o Ofício n.º 6785/2026, datado de 31 de março de 2026, da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. No referido documento, a Tutela solicitou que a cessação de funções da Senhora Vogal, Sónia Alexandra Valadão da Silva, ocorresse apenas aquando da sua efetiva substituição, estimada para o final do mês de abril, por forma a garantir a estabilidade da gestão.

Perante este pedido, a Assembleia Geral propôs à Senhora Administradora a prorrogação da sua permanência no cargo. A Senhora Vogal informou a Assembleia de que aceita prorrogar o exercício das suas funções nos termos solicitados, manifestando a sua disponibilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos até à tomada de posse do seu sucessor.

Face à aceitação da Administradora, a Assembleia Geral deliberou, por unanimidade, que a renúncia apresentada a 12 de fevereiro de 2026 produzirá efeitos apenas com a efetiva substituição do cargo, em conformidade com o regime de eficácia previsto no artigo 404.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais. Esta decisão visa salvaguardar o interesse público e evitar qualquer vácuo administrativo na

TERAMB, E.M.. Mais se ratificou que, imediatamente após a referida substituição, a colaboradora retomará as suas funções de origem como Diretora Técnica, conforme o seu vínculo permanente com a empresa. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes.

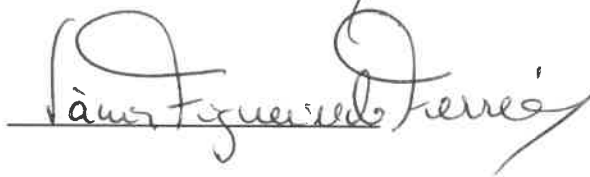
A Presidente

Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim



A Secretária

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira





Anexo IV - Relatório Execução Contrato Programa



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Ano 2025

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
Valorização energética de resíduos	I.1) Disponibilidade de instalação superior a 90%	II.1) Disponibilidade =(horas possíveis - horas paragens programadas) /horas possíveis	Horas possíveis=8784 h Horas paragem programadas= 2338,84 h Horas de funcionamento = 6 123 h Disponibilidade =73%	As paragens programadas demoraram mais tempo do que o previsto devido às condições atmosféricas que condicionaram os trabalhos em altura e os de soldaduras ao que acresceu paragens Intempísticas, nomeadamente a decorrente da queda de um raio nas instalações
		I.1) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.1) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 32838,40 Ton Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton % depositada em aterro=0% % valorizada=100%
Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis	II) Preparar para a valorização orgânica 2100 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins	II.1I) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 32838,40 To	Cumpre
		Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.	Quantidade SPOAS entregues= 3.906,30 Ton Quantidade valorizada= 3.906,30 Ton % valorizada = 100%	Cumpre
Tratamento e valorização de subprodutos animais	Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.	Total de resíduos entregues= 42.120,71 Ton Total de resíduos valorizados na CVE= 32 654,52 Ton Resíduos recuperados na mineração= 0 ton Deposição em aterro= 559,26 Ton	Não foi efetuada mineração por haver necessidade de valorizar stock de resíduos acumulado dos anos anteriores.
Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços	Tratar, valorizar energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.		